



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



RESOLUÇÃO Nº 005/2021

**MODIFICA, ACRESCENTA E REVOGA  
DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 008/2016,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE  
SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º** O *caput* do art. 76 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 76. As Comissões Permanentes são em número de 12 (doze), compostas, cada uma, por 03 (três) vereadores, com as seguintes denominações:”*

**Art. 2º** O art. 76 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

*“XII – Comissão de Defesa dos Direitos do Contribuinte e do Consumidor.”*

**Art. 3º** Fica acrescido o art. 85-C à Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno), com a seguinte redação:

*“Art. 85-C. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos do Contribuinte e do Consumidor emitir parecer e atuar em todos os assuntos relacionados aos direitos dos contribuintes e do consumidor e, em especial:*

*I – receber reclamações, denúncias e sugestões relativas à defesa dos direitos do contribuinte e do consumidor, e encaminhá-las aos órgãos competentes para providências e/ou elaborar projetos de lei para sua resolução;*

*II – emitir pareceres e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição;*

*III – fomentar o debate, promover iniciativas e campanhas para promoção dos direitos do contribuinte e do consumidor;*

*IV – manter intercâmbio e formas de ação conjunta com órgãos públicos e instituições particulares;*

*V – promover iniciativas que favoreçam a divulgação dos direitos do consumidor e contribuinte nos serviços públicos ou privados colocados à sua disposição;*



**ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

*VI – acompanhar o cumprimento das determinações expressas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação inerente à defesa do consumidor e contribuinte.”*

**Art. 4º** Ficam revogadas as alíneas ‘c’ e ‘j’ do inciso IV do artigo 154 da Resolução nº 008/2016 (Regimento Interno).

**Art. 5º** O art. 200 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 200. As indicações serão lidas e votadas no Expediente, e somente serão encaminhadas a quem de direito após a aprovação do Plenário, por maioria simples.*

*Parágrafo único. Não haverá discussão na votação das indicações, sendo facultado ao seu autor a leitura na íntegra da proposição.”*

**Art. 6º** O art. 188 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

*“§ 7º Quando recair em feriado, ponto facultativo ou dia não útil, a sessão de início de período legislativo ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.”*

**Art. 7º** O art. 163 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

*“§ 1º Quando for feriado ou ponto facultativo, a sessão ordinária ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.*

*§ 2º Por motivo de relevância ou força maior, o Presidente poderá, justificadamente, deixar de realizar a sessão ordinária na data prevista regimentalmente, transferindo-a para data próxima.”*

**Art. 8º** O caput do art. 192 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 192. Nas proposições sem exigência de quórum de apresentação, considera-se autor da proposição seu primeiro signatário, que deverá fundamentá-la por escrito.”*

**Art. 9º** Fica acrescido o art. 192-A à Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno), com a seguinte redação:





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

*“Art. 192-A. Nas proposições com exigência de quórum de apresentação, qualquer vereador subscritor poderá retirar a assinatura da proposição em curso até a publicação da pauta da sessão em que será lida ou votada.”*

**Art. 10** O *caput* do art. 309 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 309. As contas do Prefeito correspondentes a cada exercício financeiro serão julgadas pela Câmara, com o auxílio do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios.”*

**Art. 11** O art. 310 da Resolução nº 008/2016, de 15 de dezembro de 2016 (Regimento Interno) passa a vigorar com a seguinte redação:

*“(…)*

*V – o processo de julgamento de contas será disponibilizado aos vereadores, para conhecimento, sendo vedada a apresentação de emendas, à exceção da emenda de redação;*

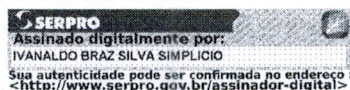
*VI – adotadas as providências do inciso anterior, o projeto será enviado à Mesa, acompanhado dos documentos que o instruem, para inclusão em pauta para discussão e votação em turno único, sujeitando-se ao quórum previsto no caput do art. 39 da Lei Orgânica Municipal;*

*“(…)*

*Parágrafo único. Após a emissão dos atos da Comissão de Finanças e Orçamento previstas no inciso IV deste artigo, o Prefeito deverá ser notificado para, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, querendo, apresentar manifestação escrita e documentos que entender pertinentes.”*

**Art. 12** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parauapebas/PA., 26 de maio de 2021.

  
Assinado digitalmente por:  
IVANALDO BRAZ SILVA SIMPLICIO  
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:  
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

**IVANALDO BRAZ SILVA SIMPLÍCIO**  
**Presidente da Mesa Diretora**